

NOTAS TEÓRICAS SOBRE O URBANO AMAZÔNICO E AS CIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

Jéssica Ferreira de Castro¹
Márcio Douglas Brito Amaral²
José Antônio Herrera³

RESUMO

Esta pesquisa visa contribuir com os estudos sobre as cidades ribeirinhas da Amazônia e suas especificidades. A pesquisa abordou os diferentes tipos de urbanização e os modos de vida, destacando a interdependência entre as comunidades e os rios, além da diversidade cultural resultante da convivência de diferentes grupos. Essa pesquisa visa contribuir com os estudos sobre as cidades ribeirinhas da Amazônia de forma teórica e metodológica, bem como a formação e as especificidades encontradas nessas cidades. As análises revelam que as cidades ribeirinhas possuem características únicas, onde práticas sustentáveis e saberes tradicionais são essenciais para a reprodução da vida. Assim, essas cidades enfrentam desafios significativos em infraestrutura e acesso a serviços, evidenciando a necessidade de políticas públicas adaptadas às suas particularidades. Conclui-se que as cidades ribeirinhas da Amazônia desempenham um papel crucial na manutenção do equilíbrio socioambiental da região, como abordagens de desenvolvimento que respeitem e valorizem suas culturas, ambientes e os modos de vida tradicionais a favor dos rios e das florestas.

Palavras-chave: Cidades ribeirinhas. Amazônia. Modos de vida.

THEORETICAL NOTES ON THE URBAN AMAZON AND THE RIVERSIDE CITIES OF THE AMAZON

ABSTRACT

This research aims to contribute to studies on riverside cities in the Amazon and their specificities. The research addressed different types of urbanization and ways of life, highlighting the interdependence between communities and rivers, as well as the cultural diversity resulting from the coexistence of different groups. This research aims to contribute to studies on riverside cities in the Amazon in both theoretical and methodological ways, as well as to understand the formation and specificities found in these cities. The analyses reveal that riverside cities possess unique characteristics, where sustainable practices and traditional knowledge are essential for the reproduction of life. Thus, these cities face significant challenges in infrastructure and access to services, highlighting the need for public policies adapted to their particularities. It is concluded that the riverside cities of the Amazon play a crucial role in maintaining the socio-environmental balance of the region, as approaches to development that respect and value their cultures, environments, and traditional ways of life favor the rivers and forests.

Keywords: Riverside cities; Amazon; Ways of life.

Data de submissão: 05.10.24

Data de aprovação: 10.12.24

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia- PP GEO/UFPA jessica.castro@altamira.ufpa.br.

² Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo- Professor adjunto da Universidade Federal do Pará-UFPA, e ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PP GEO | marcioamaral@ufpa.br.

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas- Professor associado II da Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-graduação em Geografia - PP GEO/UFPA | herrera@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

As cidades da Amazônia apresentam características diferentes das demais cidades do Brasil, as dinâmicas dessas cidades apresentam peculiaridades econômicas, culturais, modos de vida tradicionais e fortes relações sociais e históricas, principalmente direcionado aos rios e às florestas. Nesses núcleos urbanos verifica-se o tempo, formas e funções predominantes, essas cidades apresentam particularidades no que tange a sua formação e surgimento, os rios e as florestas possuem um importante significado.

Na esteira desse processo, verificam-se as cidades ribeirinhas da Amazônia, que apresentam dinâmicas e modos de vida tradicionais ligados ao uso do rio e da floresta como parte integrante da própria reprodução da vida. Segundo Trindade Jr. (2021), as cidades localizadas na região amazônica sofrem diversas modificações por meio de projetos desenvolvimentistas, tendo em vista que elas possuem sua economia diferenciada por se tratar de pequenas cidades com modos de vida tradicionais, a floresta representa muito mais que a fonte de renda e subsistência dos povos tradicionais, representa a condição de ser e existir a partir dela.

As relações diretas e indiretas com os rios se tornam mais evidentes nas cidades ribeirinhas, pois sua formação histórica e socioespacial se configura a partir das relações com o rio (TRINDADE Jr., SILVA, 2008). Contudo, ao longo do tempo, algumas dessas cidades passam a sofrer mudanças significativas que mudam seus rumos ao longo do seu processo histórico, dessa forma, “essa relação das cidades com o rio, na verdade, é uma forma de compreender a relação cidade e região na Amazônia” (CORNÉLIO, 2021, p.16).

Neste sentido, a fim de compreender as cidades ribeirinhas da Amazônia, é importante destacar o processo de ocupação na região amazônica que ocorre a partir do século XX, no qual foi iniciado o planejamento regional de ocupação da Amazônia por meio de projetos desenvolvimentistas que foram pensados para a região, estes projetos estavam direcionados em busca do desenvolvimento e da exploração de recursos naturais do espaço regional amazônico. Assim, as ações desenvolvimentistas não consideravam os impactos socioambientais que tais projetos estavam causando no território para alcançar o “desenvolvimento”, projetos como: Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Zona Franca de Manaus (ZFM) e o Calha Norte (1985). O projeto Calha Norte foi um dos últimos grandes projetos, este provocou intensos impactos ambientais, conflitos e desflorestamentos ocasionados pela abertura de grandes estradas para a exploração madeireira (Becker, 2013), esses são exemplos de projetos que formaram estratégias territoriais para exercer controle social e políticas no território amazônico (BECKER, 2013).

É importante compreender que as cidades eram bases estratégicas nesse processo de desenvolvimento da região, servem como base logística que viabiliza tanto o modelo de desenvolvimento vetor *tecnointustrial* (VTI) como no vetor *tecnológico-ecológico* (VTE). Esses projetos desenvolvimentistas eram incentivados principalmente pelo Estado, sendo direcionados ao vetor *tecnointustrial* apontado por Becker (2013).

Segundo Becker (2013), o vetor *tecnointustrial* é marcado por grandes projetos de interesses na exploração dos recursos naturais, como o Avança Brasil (1999) e os Programas Brasil de Integração (1996), programas de desenvolvimento direcionados ao espaço regional amazônico que entrou em conflito com a fronteira socioambiental. O vetor *tecnológico-ecológico* está direcionado a questões ambientais com interesses na preservação da natureza, como a criação do Ministério de Meio Ambiente e o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG- 7), estas são algumas das ações do Estado em garantir uma nova política para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (BECKER, 2013).

A relevância científica desta pesquisa mostrará a importância de estudar e investigar sobre essa temática, colaborando com a produção do conhecimento científico juntamente com

as pesquisas já existentes e por meio de pesquisadores que estudam a realidade das cidades ribeirinhas da Amazônia e a dinâmica econômica estabelecida por elas. O estudo sobre as cidades ribeirinhas da Amazônia já vem sendo realizado por vários autores, como Trindade Jr., (2008), Tavares (2008), Cornélio (2021), Amaral (2016), Oliveira (2012) e Castro (2024), alguns desses autores contribuirão de forma significativa nesse estudo.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo contribuir com os estudos sobre as cidades ribeirinhas da Amazônia de forma teórica e metodológica sobre a formação e as especificidades que são encontradas nas cidades amazônicas.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização dessa pesquisa, foi adotado um caminho metodológico, como: levantamento bibliográfico a respeito do processo histórico e formação das pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia, através de leituras em (teses, artigos, dissertações, jornais, sites) em que puderam ser coletadas informações. Assim, a análise dos dados coletados a partir das obras selecionadas foi realizada por meio da interpretação de seus conteúdos, visando identificar e discutir as principais abordagens e debates teóricos sobre as cidades ribeirinhas na Amazônia.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica foi fundamental para compreender o funcionamento dessas cidades, além disso, entender que são cidades com características diferentes das demais cidades do Brasil, pois os rios, as florestas e os modos de vida tradicionais são elementos intrínsecos dessas cidades. A escolha da pesquisa bibliográfica se deve à necessidade de explorar, de maneira aprofundada, as especificidades das cidades ribeirinhas na Amazônia.

O levantamento bibliográfico desta pesquisa utilizou os principais autores que estudam a realidade da região amazônica, principalmente autores que pesquisam as cidades ribeirinhas. Assim, podemos destacar os trabalhos de Trindade Jr., (2008), Tavares (2008), Cornélio (2021), Amaral (2016), Castro (2024), Herrera (2016), estes são alguns autores que estudam a região amazônica, destacando os principais elementos das cidades ribeirinhas e suas especificidades no território.

Apesar de se tratar de uma pesquisa bibliográfica, que não envolve contato direto com sujeitos de pesquisa, a metodologia adotada respeitou os princípios éticos da ciência, como a citação correta das fontes e o reconhecimento das contribuições dos autores consultados. Todo o material foi utilizado conforme as normas de direitos autorais, garantindo a integridade e a originalidade do trabalho.

2 A URBANIZAÇÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA

A imagem a respeito da Amazônia ainda é consequência da posição política- geográfica a que ela foi submetida desde o período da colonização portuguesa (PORTO- GONÇALVES, 2012). O estágio atual do desenvolvimento da Amazônia reflete a sua formação histórica e socioespacial, na qual foi imposta a posição de exportador de matéria-prima. A urbanização na região amazônica começa então, a partir da década de 1940 (CORRÊA, 1987).

A década de 1960 e início de 1990 não foi marcada somente pelo fim da ditadura militar (1964-1985), mas sim pelo modelo de projetos de desenvolvimento adotados pelos governos militares na época. Já a partir de 1990, tem-se a adoção de políticas neoliberais e mudanças nas práticas desenvolvimentistas que foram adotadas e pensadas para a região amazônica (SERRA, FERNÁNDEZ, 2004).

Em termos geográficos, o processo de urbanização na Amazônia ocorreu logo após a urbanização de outras regiões do país. O avanço da modernização desencadeada pelo fenômeno da urbanização ficou concentrado principalmente na região sudeste. Na região amazônica, a

urbanização ocorreu por meio de projetos desenvolvimentistas proporcionados pelo Governo Federal na época, no entanto, esses projetos estavam mais voltados à exploração dos recursos naturais e os “espaços vazios”, para alcançar o desenvolvimento econômico e social do espaço amazônico.

Dessa forma, a região amazônica passou por um intenso processo de transformação territorial a fim de incorporá-la ao sistema capitalista, através dos grandes projetos de desenvolvimento. Entre essas transformações no território para integrar a região, destaca-se a abertura da Belém-Brasília (BR-010), a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230). Diante disso, a abertura dessas rodovias na época e os projetos de desenvolvimento econômico foram estratégias que o capital encontrou para sua reprodução e ampliação, considerando a natureza como lógica de mercadoria no território (HERRERA, 2016).

Nessa perspectiva, Castro (2008) ressalta que a urbanização na Amazônia se configurou em dois padrões importantes, sendo o *primeiro padrão* definido pelo movimento de ocupação e exploração da região através dos rios e vales no seu entorno amazônico, sendo a região considerada uma base de aviamento para os exploradores. O *segundo padrão* ocorre com o avanço de intensos investimentos públicos em projetos desenvolvimentistas destinados para a região. Esses dois padrões, articulados pela lógica capitalista, ressaltam os olhares para a Amazônia brasileira como um grande espaço econômico para reprodução e ampliação de atividades comerciais baseadas na exploração dos recursos naturais, apoiados e incentivados pelo próprio Estado brasileiro.

Durante 1960, percebe-se uma nova organização e ocupação do espaço urbano regional. Antes desse período, as dinâmicas das cidades eram direcionadas pela lógica dos rios e, a partir deles, as cidades se desenvolviam, reproduzindo o que Porto- Gonçalves (2001) considerou de padrão de organização “rio-várzea-floresta”. Com a nova fase de modernização na região apoiada pelo capital, estabelece-se um novo padrão de organização espacial, denominado pelo autor de “estrada-terra-firme-subsolo”. Nesse contexto, as cidades localizadas às margens dos rios passam a apresentar também a nova fase da modernização com a abertura de estradas. Assim, na região amazônica, houve múltiplos padrões de urbanização em distintas realidades urbanas, geradas a partir dos grandes investimentos realizados na região, conforme destaca o quadro 02.

Quadro 01 - A fronteira urbana e os padrões de urbanização.

CIDADES	VÍNCULOS/VINCULAÇÃO
Urbanização espontânea	Muito presente na Amazônia Oriental, resulta em grande parte da ação indireta do Estado na produção do espaço, quando incentiva a apropriação privada da terra por empresas, grupos econômicos ou agentes individuais. Nesse processo, surgem ou se expandem cidades que acompanham as frentes econômicas, mobilizando, igualmente, uma grande quantidade de mão-de-obra móvel e polivalente para estes núcleos urbanos.
Urbanização dirigida pela colonização particular	Direcionada por companhias colonizadoras, é um tipo de urbanização comandada por relações econômicas baseadas em trabalho familiar e cuja configuração territorial assemelha-se ao urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os principais agentes são colonos, funcionários das companhias, comerciantes e investidores.

Urbanização dirigida pela colonização oficial	Trata-se do modelo de urbanismo rural do INCRA e que articula um sistema de núcleos urbanos configurados em localidades centrais hierarquizadas, aproveitando a estrutura urbana pré-existente para a configuração de um sistema de cidades, que, por sua vez, está baseado em uma estrutura complexa: colonos, funcionários, comerciantes.
Urbanização dos grandes projetos	Trata-se de um processo de urbanização ligado a projetos de grande escala – os grandes projetos econômicos e de infraestrutura -, cuja dependência de uma base urbana para a sua instalação e para a residência de pessoal técnico, de trabalhadores permanentes e de atendimentos a uma massa de trabalhadores temporários, faz desses espaços verdadeiros enclaves urbanos na rede de cidades da Amazônia.
Urbanização tradicional	Com pouca repercussão da expansão das frentes econômicas, trata-se de cidades que apresentam uma configuração com pouca alteração do padrão tradicional à beira-rio e com forte ligação a um centro regional que não prescinde do padrão dendrítico.

Fonte: Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008.

A expansão das fronteiras econômicas desencadeou diferentes marcas no espaço urbano regional, com características diversas e particulares. Assim, vários modelos de urbanização foram impostos na região amazônica, desse modo, é importante compreender que para se fazer a leitura da realidade do urbano amazônico, é preciso entender que não são apenas diferentes tipos de urbanização, mas que são contextos urbanos distintos que coexistem e se combinam dentro do espaço amazônico, revelando diversas faces do tecido urbano (TRINDADE Jr.; SILVA; AMARAL, 2008).

Por volta de 1966, iniciaram-se os programas de desenvolvimento na região amazônica, proporcionados pelo governo brasileiro para a exploração econômica da região, sobretudo na região norte. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi o órgão responsável pelo planejamento regional da “Amazônia Legal”. A intenção do governo militar, na época, era mostrar competência nas estratégias de levar o desenvolvimento do país mesmo em regiões com sérios problemas de locomoção (KOHLHEPP, 2002).

Um dos primeiros programas de desenvolvimento, na metade dos anos 1970, foi o Programa de Integração Nacional (PIN), durante o Governo Médici. Este programa tinha como principal objetivo ocupar as terras na região amazônica e construir longas rodovias, conhecidas como “corredores do desenvolvimento”. As principais estradas construídas durante o programa foram “a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho Manaus” (KOHLHEPP, 2002, p. 38). Contudo, a construção dessas rodovias desencadeou sérios impactos ambientais na região (GOODLAND/IRWIN, 1975).

Diante disso, com os intensos investimentos, ocupações e destruição das florestas, foi criado o Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7). Este programa, de iniciativa alemã, surgiu para contribuir com o uso sustentável dos recursos naturais, de maneira consciente, para a redução do desflorestamento na Amazônia (BANCO MUNDIAL, 1994).

A partir desse contexto, destaca-se que o processo de urbanização da Amazônia foi uma estratégia política para ocupar as terras na região. Neste sentido, é importante compreender que

a urbanização não se define simplesmente pelo aumento das cidades ou populações, mas pode se distinguir por meio de duas dimensões:

A) Do espaço social, referente a um modo de integração econômica, capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto excedente e, também, de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna; b) a do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos, cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação do excedente, no planejamento estatal e na articulação deste com a sociedade local (BECKER, 2015, p. 3).

Dessa forma, vários projetos foram executados a fim de “desenvolver” o espaço amazônico, porém, os intensos investimentos ocasionaram diferentes tipos de urbanização na região e o surgimento de distintas cidades da/na Amazônia, que proporcionaram novos núcleos urbanos e modos de vida.

É importante ressaltar que as políticas de desenvolvimento pensadas para a região amazônica não consideravam e nem vinculavam o espaço intraurbano, as relações que aconteciam e se estabeleciam dentro das cidades. É nesse sentido que a urbanização na Amazônia se configurou em diferentes padrões por meio dos projetos de investimentos, pois não foram consideradas as particularidades e singularidades já existentes dentro do território (CARDOSO; LIMA, 2006). Assim, o espaço amazônico foi formado e constituído por diferentes entidades presentes em cada parte dos municípios existentes na região.

3 A COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA E O SURGIMENTO DE MÚLTIPLAS CIDADES

O período de colonização na região amazônica iniciou-se por volta do século XVII com a chegada dos portugueses após a expulsão de alguns europeus da região. Assim, a colonização na região iniciou-se por meio das missões religiosas no território. A chegada das instituições religiosas e forças militares simbolizavam um marco histórico e político na garantia da posse colonial no território “[...] contam-se vários séculos de ocupação territorial nada pacífica, marcadas por relações de dominação, de violência, conflitos, disputas e também de alianças, entre os colonizadores europeus e os povos indígenas” (CASTRO, CAMPOS, 2015, p. 18).

As intensas atividades de exportação e exploração da Amazônia podem ser acompanhadas mediante dois momentos: o primeiro momento retrata a exploração das drogas do sertão proporcionada pelas missões jesuíticas no início do século XVII, através da exploração de mão-de-obra indígena, até a expulsão dos jesuítas e a “concessão de liberdade” aos povos indígenas. O segundo momento refere-se ao *boom* da borracha durante o século XIX e meados do século XX, a exploração da borracha que ocorria pelos vales amazônicos, impulsionou o que Machado (1999, p. 111) denominou de “proto-urbanização da região”.

O desenvolvimento e o surgimento das novas aglomerações no vale amazônico foram desencadeados pelo comércio de exportação da borracha, *in natura*, bem como a importação de insumos e bens. Os subespaços que foram se formando no vale amazônico eram responsáveis pela função de comercialização, exportação e importação da borracha “as interações entre vilarejos, vilas e cidades eram inteiramente dependentes da cadeia de exportação/importação, que mobilizou os excedentes de valor produzidos pela economia da borracha” (Machado, 1999, p. 111). Assim, a formação dos subespaços ao entorno do vale, proporcionados pela urbanização e povoamento, foram caracterizados pelo conceito que Machado (1999) considerou de “sistema de povoamento”, constituído por vilas, cidades, agrovilas e vilarejos.

No estado do Pará, o processo de colonização e conflitos territoriais iniciou-se pelo domínio das drogas do sertão, os estrangeiros que chegavam e outros que residiam na região

tentavam se apropriar dos elementos naturais para ocupar o território (TAVARES, 2008). O período vinculado às atividades das drogas do sertão foi importante para a organização do espaço regional, pois foi reforçada a implantação de uma rede urbana. Segundo Corrêa (1987), a periodização da rede urbana na Amazônia pode ser ponderada por sete (7) momentos a partir da sua formação econômica, conforme apresenta o quadro a seguir:

Quadro 02: Periodização da rede urbana na Amazônia

MOMENTO HISTÓRICO	PERÍODO
1. Fundação da cidade de Belém.	1616
2. Criação de aldeias missionárias, a prática econômica do extrativismo e a exploração das drogas do sertão.	1655 a 1750
3. Criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão por Marquês de Pombal.	1755 a 1778
4. Extinção da companhia pombalina.	1778 a 1850
5. Ciclo econômico da Borracha.	1850 a 1920
6. Crise da produção econômica da borracha.	1920 a 1960
7. Mudanças e significados da rede urbana amazônica através da divisão territorial do trabalho e sua inserção no sistema capitalista.	1960

Fonte: Os autores, (2024).

Esses diferentes períodos históricos remetem também ao tempo em que os portugueses, que ainda se encontravam no Pará, tentavam firmar suas políticas através da criação de pequenas fortificações, a fim de mostrar sua soberania no território. A criação do Forte do Presépio em 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco é um exemplo da construção de fortificações que marcaram a política portuguesa na época (OLIVEIRA, SCHOR, 2008), ainda no mesmo período da fundação da cidade de Belém, capital do Estado.

Assim, para assegurar a posse dos territórios, foram criadas unidades políticas administrativas após as províncias, como os Estados, sendo a criação do Estado do Maranhão em São Luís, assim como a criação do Estado Grão-Pará e Maranhão, que teve sua sede em Belém, a fim de expandir e consolidar a economia e a política da região (Tavares, 2008). Dessa forma, a capital paraense ganhou grandes fortificações e elementos históricos que marcaram sua fundação, além da criação dos Estados para a fortificação e as estratégias políticas direcionadas para a economia da região.

Durante o século XVII, ergueram-se algumas construções de Fortes em territórios indígenas, a fim de impedir que eles firmaram alianças com as nações europeias, entretanto, para evitar tais atos, optou-se pela “catequização” dos indígenas pelos padres jesuítas, o território ficou conhecido como “território das missões”, assim, o território foi dividido em várias ordens religiosas, como pondera Tavares (2008):

Os jesuítas ficaram com o sul do rio Amazonas até a fronteira com as possessões espanholas, abrangendo os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; os franciscanos da Piedade, ficaram com a margem esquerda do baixo Amazonas e centro de Gurupá até o rio Urubu (TAVARES, 2008, p. 60).

A igreja tinha grande poder e influência de várias formas nos territórios ainda sob o domínio da coroa. Durante a tentativa de pacificar os indígenas, a igreja se apropriou dos territórios, escravizava, ordenava e comandava os espaços habitados primeiramente pelos povos indígenas. De tal modo, a igreja tentava, de várias formas, controlar e tomar o poder do território “dentre todas as ordens que atuaram no Vale Amazonas, a dos jesuítas foi a mais poderosa, pois a ela foi entregue grande parte do poder de gestão da mão-de-obra (escrava) indígena” (TAVARES, 2008, p. 61).

Assim, a chegada dos portugueses em solo brasileiro marca momentos cruciais para o país, pois através do modelo de formação que o Brasil foi submetido e a forma de colonização e catequização dos grupos tradicionais, formaram a base da história do país e como esses elementos históricos refletem nos aspectos econômicos, políticos, sociais e morais do país. Após a colonização no Brasil, a urbanização foi um marco crucial ao desenvolvimento e modernização do território, sobretudo na região amazônica com a economia da borracha, o *boom* da borracha passa a ser o marco inicial da urbanização na região amazônica, a partir da segunda metade do século XIX (MACHADO, 1999).

Nesse contexto, com o intenso avanço da urbanização na Amazônia, surgem os pequenos aglomerados às margens dos rios, sendo estes fortemente explorados por sujeitos não indígenas no final do século XIX. Os pequenos povoados foram criados “visando a servir de apoio à exploração do látex e que posteriormente se transformaram em vilas e mais tarde cidades” (OLIVEIRA, SCHOR, 2008, p. 17). É neste contexto que surgem as pequenas cidades ribeirinhas da/na Amazônia, submetidas a uma nova lógica de produção capitalista, no entanto, é importante entender que na Amazônia surgiram diferentes tipos de cidades durante a urbanização brasileira.

O processo de urbanização na região desencadeou o surgimento de múltiplas cidades, todavia, as cidades amazônicas “nos permitem entendê-las como um espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória” (CASTRO, 2008, p. 26). As cidades da Amazônia possuem diversas origens e surgiram em contextos diferentes, sendo por meio de agrovilas, ocupações, cidades planejadas pelo poder público local e/ou assentamentos espontâneos, algumas que mais tarde se tornaram sedes municipais, a região então, é contida por múltiplas cidades.

Com a intensa exploração na região foram surgindo os primeiros núcleos urbanos às margens dos rios, a exploração dos recursos naturais foram os principais fatores para o surgimento das cidades amazônicas, pois ocorreram muitas transformações no espaço regional que definiram a configuração dessas cidades, os rios foram e continuam sendo importante para a formação e o surgimento desses núcleos urbanos.

Nesse contexto, as cidades da/na Amazônia possuem diversas particularidades, os modos de vida ligados à floresta amazônica demonstram as relações culturais, simbólicas e/ou religiosas que os sujeitos estabelecem com o espaço dentro da floresta. Sobre esse aspecto, Oliveira (2002, p. 29) ressalta:

Compreender a Amazônia a partir das pequenas cidades é muito mais do que analisar a forma das cidades, significa compreender a vida das pessoas simples, de onde brotam dimensões de espacialidades que quase sempre são desconsideradas, pois estão eivadas por coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade, pela frequência do estar sempre por aí.

A seguir, o (quadro 03) apresenta exemplos das múltiplas cidades existentes na Amazônia, estas que foram formadas e/ou criadas em diferentes períodos/contextos da urbanização, pois o processo de urbanização brasileira se manifestou de forma diferenciada no espaço regional, sobretudo no espaço amazônico.

Quadro 03: As múltiplas cidades da Amazônia.

<i>Cidades ribeirinhas</i>	Localizadas às margens dos rios, dizem respeito a cidades que cumpriram um papel histórico na organização inicial do território, obedecendo ao tão propalado padrão “rio/várzea/floresta”, sendo, portanto, anteriores ao padrão de organização mais recente, chamado de padrão “rodovia/subsolo/terra firme”.
<i>Cidades do agronegócio</i>	São cidades cujas funções de atendimento são demandadas pelo agronegócio globalizado, são hegemônicas sobre as demais. Estas se desenvolvem a partir de atividades agrícolas e agroindustriais e dependem, em graus diversos, dessas atividades, a produção e consumo ocorrem em grande parte, de forma globalizada. Rio Verde (GO), Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Sertãozinho (SP) são exemplos de cidades do agronegócio.
<i>Cidades tradicionais</i>	São estruturas urbanas mais antigas e sujeitas a transformações recentes, decorrentes dos impactos sociais, culturais e ambientais promovidos pela introdução de novos modelos de produção e de inovações tecnológicas na região.
<i>Cidades rodoviárias</i>	São cidades que foram surgindo a partir das frentes de expansão das madeireiras e da pecuária, que cresceram ou se formaram em função dos processos migratórios nessas cidades temos elementos mais novos da Região, tem uma lógica definida pelo Estado.
<i>Cidades locais</i>	Centros subordinados diretamente a algum outro centro da Amazônia de nível hierárquicamente superior, tendo atuação restrita às circunvizinhanças (perfazem mais de 60% do universo de mais de 400 cidades da região).

Fonte: Vicentini (2004), adaptado pelos autores (2024).

Antes, os estudos sobre as cidades eram compreendidos apenas na sua dimensão espacial, “ela era o território onde se realizava um processo de produção do capital e onde se produziam as relações capitalistas e, por força da opção teórica, onde se enfrentavam as classes sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 13). Com o avanço dos estudos sobre as cidades, foi revelado que podem ser compreendidas além de um processo econômico, mas também por grandes transformações e renovações do tecido urbano, a cidade é também sociabilidade, dessa forma, por muito tempo, o conceito de cidade era considerado como um lugar de estratégia territorial para as atividades econômicas, pois esta servia como base de apoio logístico durante a apropriação e expropriação de riquezas e recursos naturais durante o período colonial. Assim, com o passar dos anos, o conceito de cidade foi se reformulando, pois a cidade não é apenas um espaço para reprodução econômica, mas é o local em que se estabelecem as relações humanas.

4 RESULTADOS

O estudo sobre as pequenas cidades ribeirinhas não é um tema novo, porém, requer encontrar uma noção para compreendê-las. As cidades pequenas abrangem uma totalidade particular e não podem ser analisadas isoladamente, mas a partir das suas relações com os demais centros do entorno (SPOSITO, JURADO, 2013). O estudo sobre as cidades pequenas ganhou força no Brasil a partir da década de 1980, por meio da renovação da Geografia, com enfoque “crítico-analítico de orientação marxista, sendo acompanhado, em contrapartida, pela diminuição das pesquisas de cunho estatístico-geográfico” (SPOSITO, JURADO, 2013, p. 23), demandando, desta maneira, de uma maior ampliação, atenção e análise sobre o tema.

Nesse sentido, Santos (1996) também destacou sobre os tipos de cidades existentes, para o autor cada cidade é diferente independente do seu tamanho ou grau de escala, as cidades se diferem uma das outras e as cidades pequenas constituem um universo, apresentam singularidades e particularidades, e não podem ser generalizadas ou simplificadas apenas para uma definição. Para Soares e Melo (2008), as cidades podem ser compreendidas a partir de uma “escala municipal”, relações entre campo-cidade em uma escala político-administrativa, dependência e relações com os demais órgãos governamentais. Ainda assim, Santos (1982b, p. 71), utilizou outra expressão para se referir a pequena cidade, o autor enfatizou a expressão “cidade local”, para ele “[...] poderíamos então definir a cidade local como uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações”, para Santos (1982b), as cidades precisam responder às necessidades mínimas e básicas de uma população.

Assim, segundo Sposito e Jurado (2013), as pesquisas geográficas ainda não dedicam tanto a atenção ao estudo das pequenas cidades, pois a maioria dos estudos se direciona às grandes e médias cidades. Para eles, é importante considerar o estudo das pequenas cidades não de forma isolada, mas sim levando em conta as relações que estabelecem com os demais centros urbanos (AMARAL; BARBOSA; SILVA, 2020).

A compreensão/definição de cidade pequena é ponderada por Sposito e Jurado (2013, p. 31) como uma dimensão geral a partir dos centros urbanos ela possui “uma materialidade no seu plano espacial, enquanto forma no processo de urbanização e uma imaterialidade que pode estar relacionada aos seus fluxos (de diferentes dimensões e natureza) que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais, etc.” Neste sentido, a leitura sobre as pequenas cidades parte de uma compreensão maior em relação ao seu tamanho no que tange a dialética da divisão territorial do trabalho numa escala global e da transformação do espaço, pois estas desempenham diferentes papéis nas esferas econômicas, políticas e culturais, no entanto, algumas cidades ainda que consideradas pequenas, revelam que:

(...) Sempre ocuparam uma posição importante pela infraestrutura, serviços e lugar de circulação de trocas materiais e simbólicas, onde se realizavam as festas religiosas, as comemorações cívicas, (sic) as manifestações políticas que movimentavam todo o interland. Talvez sua importância relativa estivesse em ser um entreposto de serviços e bens na rede de comércio com a capital (CASTRO, 2008, p. 30).

Nas pequenas cidades há vida e complexidades que podem ser compreendidas a partir das suas particularidades, dependendo do seu contexto geográfico, como também há um número menor de pessoas e pequena extensão territorial em relação aos demais grandes centros urbanos. Ainda nessa compreensão sobre as cidades pequenas, *as cidades na floresta e cidades da floresta* (TRINDADE Jr., 2010) são exemplos de pequenas cidades com características essenciais na compreensão do núcleo urbano, sobretudo as pequenas cidades ribeirinhas na Amazônia.

Até 1960, as cidades mais comuns na região eram as “cidades da floresta”, frequentemente associadas ao deslocamento fluvial e a fortes interações com a natureza ao redor, possuindo modos de vida rurais não modernos e a floresta ainda pouco explorada. Assim, nessas cidades o tempo é “mais lento” (Santos, 1996a), pois o que predomina é o ritmo da natureza e alguns movimentos definem sua dinâmica intraurbana, como afirma Trindade Jr. (2021, p. 315):

É essa mesma interação com o ambiente e com o entorno que define a intensa relação e dependência com o rio e com a floresta, vistos, dentre outros, como recursos econômicos, como espaços de circulação, como espaços de usos domésticos, como possibilidades de lazer e como campos de representações simbólico-culturais (lendas, crenças, valores, tradições etc.). Pela sua natureza rural e urbana e pelo pouco peso das atividades de grande porte nelas existentes, são cidades que exercem pouca pressão sobre o meio ambiente em que se inserem, preservando em muito os elementos e recursos naturais dos quais dependem.

Essas “*cidades da floresta*” também estabelecem dinâmicas e fortes relações com seu entorno imediato, como vilas, povoados e comunidades rurais e ribeirinhas (TRINDADE Jr., 2010). Assim, o modo de vida nessas cidades está mais em sintonia com a floresta e ligado à forma de produção econômica, social e cultural, frequentemente, atividades rurais que são mais próximas.

As “*cidades na floresta*” são cidades que possuem vínculos com as demandas externas da região. A floresta é utilizada principalmente como espaço de exploração econômica através da retirada de recursos hídricos, minerais e florestais. Essas cidades foram criadas a partir do século XX para atender Grandes Projetos de Investimentos⁴ na Amazônia. Os núcleos urbanos de Carajás/PA, em Parauapebas, e Porto Trombetas/PA, em Almeirim, são exemplos de núcleos presentes nas cidades na floresta ponderadas por Trindade Jr. (2010). Segundo o autor, estes núcleos e suas cidades se tornaram bases econômicas da região para atender as demandas do mercado externo, por sua vez, desempenham fortes papéis com a implementação de grandes objetos na região amazônica, incorporando o papel de base logística para com o mercado externo na região.

Portanto, as pequenas cidades desempenham diferentes papéis e responsabilidades nas regiões que estão inseridas, o tempo lento nessas cidades é muito presente, revela que nelas ainda se visualiza muitos elementos da natureza, pois “nas pequenas cidades amazônicas ainda há um tempo para a vivência de uma forma ilimitada” (OLIVEIRA, 2002, p. 28). Dessa maneira, entender esses processos direcionados ao tempo e ao ritmo das pequenas cidades é compreender as especificidades da Amazônia.

Machado (1999) considera que, a partir do período de colonização, foi imposto um modo de vida urbano na região amazônica, sobretudo nas pequenas cidades às margens dos rios. A lógica de dominação e apropriação do capital no território amazônico desencadeou resistência por parte dos povos tradicionais pela forma como foram submetidos à lógica da produção social do espaço. Essa imposição forçada do capital nas pequenas cidades refletiu de imediato na cultura dos povos tradicionais.

Assim, parte da paisagem urbana das pequenas cidades foi e é marcada por grandes templos religiosos construídos durante a colonização portuguesa. Nas pequenas cidades, o acabamento arquitetônico é visível através das igrejas, principalmente as igrejas que estavam e são localizadas em frente ao rio. Portanto, a paisagem dessas pequenas cidades era e é refletida pelos grandes templos religiosos da época.

⁴ Os Grandes Projetos de Investimentos são “projetos econômicos de envergadura”, em que abrangem as hidrelétricas, os projetos/planos de colonização e construção de longas rodovias (MARTINS, 1993, p. 61).

4.1 AS PEQUENAS CIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

As pequenas cidades ribeirinhas apresentam um padrão de organização direcionado aos rios e às florestas, apresentam relações sócio- geográficas através de suas particularidades e realidades urbanas distintas (TRINDADE JR., TAVARES, 2008). Todavia, é importante compreender o processo histórico-geográfico do surgimento das pequenas cidades ribeirinhas amazônicas, pois estas possuem características importantes no seu tecido urbano e distintas formas relacionais através da dinâmica dos rios.

As pequenas cidades amazônicas têm um padrão urbano característico: as ruas e caminhos terminam invariavelmente no porto. A rua da frente ou a rua primeira tem as melhores casas e as ruas de trás, casebres cobertos de palha. Essas cidades localizadas às margens dos grandes rios, parecem ter sido criadas para serem vistas de longe, pois de perto toda a dimensão de beleza que exista no primeiro olhar esvai-se no arruamento caótico, nas casas novas, mas com as fachadas descobertas e precocemente envelhecidas. Talvez fosse melhor que delas só tivéssemos a primeira impressão (OLIVEIRA, 2000, p. 158).

As cidades ribeirinhas da/na Amazônia são marcadas pela paisagem urbana e a relação estabelecida com a natureza ao redor, sendo os elementos naturais, a relação com o rio e a natureza, características existentes de cidades ribeirinhas, contudo, essas pequenas cidades revelam muito além dessas características estabelecidas com a natureza. Assim, para melhor compreensão, Oliveira (2012, p. 12) considera alguns elementos essenciais para definir as pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia:

(i) Uma baixa articulação com as cidades do entorno; (ii) atividades econômicas quase nulas, com predomínio de trabalho ligado a serviços públicos; (iii) pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, relacionados à saúde, educação e segurança; (iv) predominância de atividades caracterizadas como rurais.

As pequenas cidades ribeirinhas apresentam um padrão urbano diferenciado, uma das características essenciais para considerar uma cidade ribeirinha é a presença do rio, esse elemento é fundamental, porém, não é o único que caracteriza uma cidade enquanto ribeirinha. Os rios e as florestas não representam apenas a fonte de sobrevivência e espaço de circulação dos sujeitos, mas compõem um universo de representações da própria cidade a partir das práticas socioculturais presentes naquele espaço (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Souza (2009), o modo de vida urbano e ribeirinho são concepções do próprio espaço e tempo das cidades ribeirinhas da Amazônia, pois estes apresentam padrões e formas de consumo do espaço e tempo. A dinâmica ribeirinha nessas cidades está em sua maioria direcionada aos cursos fluviais presentes pela Amazônia.

Sua importância revela a sobrevivência e o desenvolvimento de várias localidades que estão entremeadas pelas águas, pois são por meio delas que a cotidianidade se reproduz material e imaterialmente. São através dos cursos fluviais que se movimentam sonhos, desejos, encontros e modos de vida (SOUZA, 2009, p. 173).

Nesse contexto, essas cidades apresentam diferentes objetos que ajudam na sua compreensão. Além da paisagem natural, há a presença dos portos, trapiches, barcos, atividades comerciais e um conjunto de objetos geográficos/espaciais que formam o tecido urbano da cidade ribeirinha. Assim, o espaço socialmente produzido e dinâmico ocorre de forma mais lenta, há um tempo e um ritmo, os sujeitos se reinventam com a cidade, configurando formas de sobrevivência e até reescrevendo o papel desta no contexto regional e/ou local.

Nas pequenas cidades ribeirinhas é comum encontrar pouca ou nenhuma infraestrutura, nelas se destacam as atividades econômicas mediante repasses dos serviços públicos, apesar das características de cidade, elas também necessitam de atividades urbanas econômicas para desempenhar atividades rurais, sobretudo o extrativismo e a pesca artesanal. Dentro desses pequenos núcleos urbanos há o movimento de circulação e da modernização promovida pelo capital, estas “determinam o desaparecimento de algumas atividades e o surgimento de outras; daí os impactos decorrentes” (OLIVEIRA, 2002, p. 27). O modelo globalizado e modernizado do capital modifica diferentes espaços nesses pequenos núcleos urbanos, que possuem, sobretudo, um modo de vida tradicional direcionado aos rios e às florestas.

Ainda na compreensão das pequenas cidades ribeirinhas, o cotidiano dos sujeitos se apresenta como uma análise privilegiada, pois nos permite compreender outras formas de sociabilidade dos sujeitos para com a cidade (CARLOS, 2011). O cotidiano na cidade revela as relações interpessoais e socioculturais em diferentes sociabilidades que os sujeitos estabelecem com o espaço (o espaço vivido). As cidades ribeirinhas também convivem com outras realidades amazônicas, principalmente os grandes centros urbanos, em que nesses grandes centros se apresenta o tempo veloz e os espaços luminosos em diferentes subespaços regionais (SANTOS, 1994).

Nessa perspectiva, no que tange ao trabalho formal e informal em pequenas cidades Castro (2008) chama atenção para essas características direcionadas às pequenas cidades, em que as cidades da Amazônia apresentam grandes características de um mercado de trabalho precário, nas grandes metrópoles e cidades médias o mercado de trabalho assalariado obtém um melhor crescimento, no entanto, nas pequenas cidades o mercado de trabalho assalariado continua sendo formado (AMARAL, 2016), nesse contexto, Castro (2008, p. 35) argumenta que:

Uma boa parte da população que vive nas cidades da Amazônia mantém processos de trabalho que decorrem de usos da floresta com expressivo número de produtos transformados pelo trabalho com madeira, frutas, ervas e sementes. Outras formas de trabalho ocupam pessoas na pesca marinha e fluvial, ou ainda em artesanato que serve ao comércio nas cidades— uso talvez mais generalizado – mas também aos rituais e festas, as trocas simbólicas entre comunidades, cidades e parentela distante [...] Muitos trabalhadores que associam sistemas agroflorestais – extrativismo e agricultura – dependem também da biodiversidade da floresta na realização do trabalho e na continuidade de sistemas tradicionais de uso da terra.

Portanto, a “urbanodiversidade” (TRINDADE Jr., 2008) presente na Amazônia nos faz compreender as diferentes realidades urbanas que a região foi se configurando. Essas diferentes formas de uso e apropriação do espaço não devem ser compreendidas de forma isolada, pois as cidades refletem como o espaço foi acondicionado sob diferentes períodos e realidades. As políticas de desenvolvimento pensadas para a região desencadearam múltiplas reações no território, contribuindo para diferentes padrões de urbanização e o surgimento de múltiplas cidades. Pondera-se que a realidade das cidades amazônicas difere das demais regiões do Brasil, pois foram submetidas a diferentes lógicas de reprodução e ampliação pelo capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades ribeirinhas da Amazônia representam um universo complexo e singular, caracterizado por especificidades geográficas, culturais e sociais que moldam os modos de vida de suas populações. Localizadas em um ambiente de rica biodiversidade e grande valor ecológico, essas cidades estão intrinsecamente ligadas aos rios que as circundam, os quais desempenham um papel central na economia, modos de vida, no transporte e na cultura local.

A vida nas cidades ribeirinhas é marcada por uma forte relação com o ambiente natural. A pesca, a agricultura de subsistência e o extrativismo são atividades fundamentais para a sobrevivência e a economia da população urbana e rural. Além disso, as condições de acesso e a infraestrutura são desafios constantes, devido à geografia isolada e à dificuldade de integração com os grandes centros urbanos.

As características sociais dessas cidades refletem uma diversidade cultural significativa, fruto da intersecção de influências indígenas e de outros grupos que compõem a população amazônica. Essa diversidade se manifesta em tradições, saberes locais, e modos de organização comunitária que, apesar das adversidades, mantém uma forte relação de identidade e resistência.

A importância das cidades ribeirinhas na Amazônia vai além de sua dimensão local. Elas desempenham um papel crucial na conservação ambiental, enquanto as práticas de manejo sustentável praticadas pela população urbana e rural, contribuem para a preservação da floresta e dos rios. Além disso, essas cidades são estratégicas para a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, oferecendo um modelo de convivência equilibrada entre sociedade e natureza.

Portanto, as cidades ribeirinhas da Amazônia são um reflexo da complexidade e riqueza da região. Elas demandam atenção especial tanto no âmbito acadêmico quanto no planejamento e na execução de políticas públicas que reconheçam suas particularidades e promovam um desenvolvimento que respeite e valorize suas especificidades culturais e ambientais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcio Douglas Brito. As feiras em cidades médias da Amazônia: as relações desenhadas a partir das experiências nas cidades de Marabá-PA, Macapá-AP e Castanhal-PA. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 376-391, 2016.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. 1ª. Ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CORNÉLIO, Genilson Santana. A relação cidade e rio na Amazônia: Mudanças e permanências em Vitória do Xingu/PA face à construção da UHE Belo Monte. **(Dissertação de Mestrado)** – Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UFPA, Altamira, 2021.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. – São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, Edna Ramos de. CAMPOS, Índio. **Formação Socioeconômica da Amazônia** (Org.) – Belém: NAEA, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 3. p.1-164. jul./set. 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

GOODLAND, R.J.A. e H.S. Irwin. **Amazon jungle. Green hell to red desert? An ecological discussion of the environmental impact of the highway construction program in the Amazon Basin** (Oxford, Nova York, Amsterdã: Elsevier Scientific Publishing Company), 1975.

HERRERA, José Antônio. A estrangeirização de terras na Amazônia legal brasileira entre os anos 2003 e 2014. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 136-164, jun/2016.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR**, v. 13, n. 1, p. 109-138, 1999.

MARTINS, José Souza. **A chegada do Estranho**. São Paulo. Hucitec, 1993.

OLIVEIRA, José Ademir de. **Impactos sociais da desterritorialização na Amazônia brasileira**: o caso da hidrelétrica de Balbina. Emancipação (UEPG, Impresso), v. 12, 2012.

OLIVEIRA, José Ademir de. SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JR., S. C; TAVARES, M. G. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, p. 15-26. 2008.

OLIVEIRA, José Ademir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, José Ademir de. **A cultura, as cidades e os rios na Amazônia**. Editora: Amazônia Artigos, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53. Jun/2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações Socioespaciais. Jundiaí. Paco Editorial, 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Ensaios, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996a).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. TAVARES, Maria Goretti da Costa. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, p. 15-26. 2008.

TRINDADE JR., Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. **Ciência Geográfica**, v. XXV, p. 311-324, 2021.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, nº3, p. 59-83. jan./jun. de 2008.